

## **Educação patrimonial no Iphan em Goiás: Casas do patrimônio como espaços estratégicos**

**Ana Cristina Alves da Silva\* (PG), Maria Dailza da Conceição Fagundes (PQ).**  
**alvessilva.anacristina@gmail.com**

Universidade Estadual de Goiás – PROMEP/UEG - Câmpus Cora Coralina – Cidade de Goiás-GO

Resumo: Este trabalho tem como finalidade apresentar resultados parciais do levantamento e análise das ações de educação patrimonial fomentadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás, principalmente entre os anos de 2009 e 2021. O recorte trata-se do período de implementação do Projeto Casas do Patrimônio, considerado como um dos marcos institucionais da educação patrimonial no órgão. O núcleo de origem da proposta é identificado em discussões internas da instituição que se iniciaram em 2007 com intento de alarga a envergadura institucional do Iphan e estabelecer ligações entre espaços que executem práticas com perspectivas educativas que primem pela valorização do patrimônio cultural. A jurisdição do Iphan em Goiás possui três casas dessa proposta: uma em Pirenópolis, uma em Goiás e uma terceira em Goiânia. As duas primeiras, antes mesmo de Casas do Patrimônio são Escritórios Técnicos do Iphan em Goiás e a última sedia o órgão no Estado. Todas elas situadas no centro de suas cidades, indicando seu caráter estratégico.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Iphan. Casas do Patrimônio. Patrimônio Cultural

### **Introdução**

Este trabalho objetiva apresentar resultados do levantamento e análise das ações de educação patrimonial fomentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás. A análise centra-se, sobretudo aos projetos realizados entre os anos de 2009 e 2021. O recorte temporal considera o estabelecimento de um dos marcos institucionais da educação patrimonial no Iphan: a implementação das Casas do Patrimônio, atualmente, designadas como Redes do Patrimônio. Em Goiás, o Iphan conta com três delas: uma em Goiânia, outra em Pirenópolis e a terceira na Cidade de Goiás.

### **Material e Métodos**

Para edificar o estudo proposto e alcançar nossos objetivos satisfatoriamente, utilizou-se de fontes escritas (documentos levantados na biblioteca e arquivo do Iphan em Goiás). Esse material trata-se projetos de educação patrimonial, relatórios de execução e gestão. Também se valeu das

referências bibliográficas correlatas ao tema. Sobre esse material respectivamente foi aplicada a análise documental e a revisão bibliográfica.

## Resultados e Discussão

A introdução do termo “educação patrimonial” no Brasil é costumeiramente vinculada à década de 1980. Entretanto, antes mesmo já eram realizadas práticas nesse sentido, apesar que não fizessem uso do termo em questão. No âmbito do Iphan, a educação patrimonial encontrou e estabeleceu uma série de referências, cuja implementação do projeto Casas do Patrimônio é compreendida como um dos marcos institucionais da educação patrimonial no órgão. Neste contexto, o conceito e seu uso vivenciaram várias discussões e desta série de debates, a instituição atualmente passou a entender que educação patrimonial versa:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p.16).

Observa-se que na definição atual utilizada pelo Iphan, é sugerido que a prática de ações educativas com foco no patrimônio cultural deve acontecer tanto no ensino formal como no informal. Mas especialmente na definição atual apresentada “o ganho está em não conceber o patrimônio como um produto dado, que existe por si só e antes mesmo do sujeito social” (TOLENTINO, 2016, p.40). A nova concepção utilizada pelo instituto recoloca os sujeitos dentro destes processos e grifa ainda uma perceptiva de construção coletiva e democrática a partir destes.

No ímpeto dos debates e da introdução de novas discussões, portanto, das demandas pela transformação, é que surgiu a proposta das Casa do Patrimônio. O projeto foi elaborado a partir das discussões que foram iniciadas institucionalmente em 2007. As conclusões destas foram levadas a público durante a Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do

Patrimônio, que aconteceu em 2008 na cidade de Pirenópolis-GO. Para tanto, no evento foi discutida e estabelecida as diretrizes gerais. Em 2009, por sua vez, ocorreu o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE), no qual foi formulado um documento denominado Carta de Nova Olinda (FLORENCIO, 2019, p.73). No documento, esses locais são definidos como:

um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 04).

Assim, as Casas do Patrimônio correspondem a mais que simples espaços físicos. Elas comunicam um projeto que evidência o surgimento de uma nova concepção do Iphan no trato da educação patrimonial institucionalmente e para mais, uma demanda no sentido de construir uma renovada relação com a sociedade civil.

Com efeito, como mencionado, o Estado de Goiás possui três Casas do Patrimônio: uma localizada em Pirenópolis, uma na Cidade de Goiás e uma terceira situada em Goiânia. Na cidade de Pirenópolis ela está alojada em um edifício que foi construído segundo alguns métodos tradicionais da arquitetura vernácula de Goiás. O espaço, entretanto, antes mesmo de ser Casa do patrimônio é ambiente que abriga um dos Escritórios Técnicos do Iphan. Enquanto isso na cidade de Goiás, a Casa do Patrimônio está instaurada em um prédio denominado Casa do Bispo que se configura no cenário urbano como um exemplar da arquitetura civil. Assim como em Pirenópolis no espaço ocorre o funcionamento da Casa do Patrimônio e um dos Escritórios Técnicos do Iphan no Estado de Goiás. (IPHAN, 2010, p. 34-38). Por fim, na cidade de Goiânia, capital do Estado, a Casa do Patrimônio está estabelecida na nova sede do Iphan-GO. O prédio é da década de 1930 e apresenta traços do estilo Art Déco (IPHAN, 2020).

Um aspecto de paridade entre as três Casas do Patrimônio em Goiás, é o local em que as mesmas estão situadas, lugares que podem vistos como estratégicos por se tratar do centro das suas cidades. Logo, satisfazendo e indo em direção a proposta de serem canais de interlocução e articulação entre o Iphan, sociedade civil e poder público. Espaços férteis para lançar projetos de educação patrimonial.

Nesse sentido, no levantamento prévio, realizado nesta pesquisa, foram mapeadas algumas ações ou projetos de educação patrimonial, promovidas pela Superintendência Estadual do Iphan em Goiás ou em parceria com outras instituições: Conhecer para preservar-Preservar para conhecer (1984); Viva e reviva Goiás (2000), Concurso de Redação na Cidade de Goiás (2006); Seminário de Educação Patrimonial na cidade de Goiás(2009), Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás-Patrimônio pra te quero (2009); Tocando a obra (2009); Porta e janelas vão se abrir (2009); Ações de Salvaguarda da festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (2017); Quintal do Patrimônio (2020); Cine Cult no almoço (2020); Roteiro Cultural Praça Cívica (2020).

Assim como pode ser notado alguns destes projetos arrolados acima foram realizadas antes do Projeto Casas do Patrimônio. Por sua vez, outros são em conformidade com a implantação do projeto e por fim alguns possuem uma datação mais recente. Nessa direção, observa-se que aconteceu uma majoração no volume de propostas no ano de 2009, isto é, ano que correspondente a referida implantação destes espaços.

### Considerações Finais

Nota-se que desde a época que costumeiramente é apresentada como sendo momento de introdução do termo “educação patrimonial” no Brasil foram realizadas ações educativas na jurisdição do Iphan em Goiás. Todavia, quando o Projeto Casas do Patrimônio tem seus primeiros espaços implantados oficialmente ocorreu um aumento no número de propostas desenvolvidas pelo Iphan no Estado de Goiás. Assim, indicando que houve em certo nível o acompanhamento da movimentação produzida pelas discussões internas que dariam origem e implementariam em 2009 as Casa do Patrimônio.

### Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás (UEG) por disponibilizar e possibilitar esse espaço para o diálogo e o compartilhamento de resultados das pesquisas a partir do VIII Congresso

de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG/CEPE mesmo em meio a pandemia, bem como a possibilidade de ser bolsista e participar deste evento. Agradeço também minha orientadora, Maria Dailza da Conceição Fagundes, pelas orientações e todas as contribuições para a pesquisa.

## Referências

FLORENCIO, S.R. Política de Educação Patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPV**, São Paulo, n. 27 especial, p. 55-89, jun./jul. 2019.

FLORENCIO, S.R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOT, R. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)> Acesso em 30 de setembro de 2019.

IPHAN. **Iphan inaugura nova sede em Goiânia (GO)**. 2020. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5569>> Acesso em 23 de março de 2021.

IPHAN. Região centro oeste. In: GALVÃO, Marcos Antônio Pereira (Org.). **Casas do Patrimônio**, Brasília, 2010, p. 34-38.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_CartaDeNovaOlinda\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_CartaDeNovaOlinda_m.pdf)> acesso em 10 de abril de 2021.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p.39-48. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf) Acesso em 27 de setembro